

lacional e constituindo-se na verdadeira marca de democratização do ensino.

O crescimento da rede do ensino secundário foi marcante. Existiam em 1967, 418 ginásios e em 1969, 689 ginásios. Os colégios passaram de 72 para 168. O curso normal permaneceu com quase o mesmo número, em consequência da importante medida tomada pela Administração de unificar as duas primeiras séries do curso ginásial. O sistema clássico-científico, foi abolido, unificando-se o segundo ciclo até o 2.º ano e operando-se a diversificação na 3.ª série, com vantagens para a opção vocacional dos alunos.

A matrícula no curso ginásial passou de ... 317.761 alunos, em 1967, para 614.640 alunos em 1969, devendo beneficiar cerca de 800.000 escolares em 1970.

O total de matrículas no Ginásial, Colegial e Normal, passou de 524.987 em 1967, para 806.914 em 1969, compreendendo uma percentagem em relação a 1967 de 53,6%.

As Delegacias passaram de 20 em 1967, para 44 em 1969.

Para controle e reconhecimento das escolas particulares de grau médio, manteve o Estado uma Comissão de Instalação e Reconhecimento de Estabelecimentos de Ensino de grau médio, que desenvolveu grande atividade.

No ensino técnico, projetou-se o funcionamento, até 1971, de um elenco de 33 colégios, a maior rede de ensino técnico da América Latina, a qual já se encontra em funcionamento, faltando, tão-somente, para sua complementação, os colégios de Bauru, Campinas, Limeira e Sorocaba e, em vias de funcionamento, os de Mococa, Piracicaba e Santos. No que se refere ao equipamento necessário a esse tipo de ensino, foi providenciada concorrência, inclusive internacional, para aquisição do material necessário a 35 estabelecimentos do gênero.

No fim do triênio, funcionaram 71 ginásios pluricurriculares (1.º ciclo). Os ginásios noturnos, de preparação de mão-de-obra especializada e de preparação para os Colégios Técnicos Industriais (2.º ciclo) alcançaram, em 1969, quase 15.000 alunos, com média de mais de 200 alunos por unidade.

O Ensino Profissional Livre registrou o funcionamento de 1.491 estabelecimentos, com 2.256 cursos e 4.538 professores, atendendo cerca de ... 153.068 alunos.

O total de alunos nos cursos técnicos foi de 225.412, sendo 72.368 no Ensino Técnico Industrial Oficial, 17.368 no Ensino Técnico Comercial e 135.676 no Ensino Profissional livre.

Foi instalado, no ano de 1969, o 1.º Colégio Comercial Estadual, que servirá de padrão aos colégios particulares vinculados ao Sistema Estadual de Ensino. No seu primeiro ano, atendeu 620 alunos e promoveu cursos acelerados de formação profissional (auxiliar de escritório e auxiliar de comércio), onde se matricularam 200 alunos.

No campo do ensino agrícola foram criados 18 Colégios Técnicos, ficando a rede desse ensino com 23 Colégios Técnicos; na área do ensino superior isolado, houve um aumento de matrículas, passando de 4.229 alunos, em 1966, para 7.754, em 1969.

Na oferta de bolsas-de-estudo foram beneficiados, em 1969, 14.173 alunos matriculados em 445 estabelecimentos particulares.

Ponto alto do triênio, no campo da educação, foi a reforma da estrutura da Secretaria, para aumentar a sua eficiência operacional e administra-

tiva. Foram criadas as Coordenadorias do Ensino Básico e Normal e do Ensino Técnico. Na primeira criaram-se dez Divisões Regionais de Educação, visando à descentralização territorial das atividades educativas. A Coordenadoria do Ensino Básico e Normal foi estruturada no fim de 1969 como, também, a Coordenadoria do Ensino Superior (CESESP).

O Fundo Estadual de Construções Escolares procedeu à construção de 1.485 salas para o Ensino Primário, com capacidade para 103.950 alunos, e 500 salas para o Ensino Médio, com capacidade para 40.000 alunos o que significa, em termos de média de construção, o índice de 5,94 salas por dia. Em 1969, foram aplicados NCr\$ 55.000.000,00, conseguindo-se a média de 6 salas por dia

Saúde

No campo da saúde pública a política do governo partiu da verificação alarmante, de que mesmo num Estado como São Paulo, os índices sanitários e de saúde coletiva apresentavam valores insuportáveis. A cifra significativa é a ocorrência de óbitos em relação à faixa etária; 44,5% dos óbitos ocorridos na Capital e 38,9% no interior em 1963, por exemplo, se referiram a pessoas com 50 ou mais anos de idade, quando na Itália é de 74,5% e na Suécia de 87%. A morte prematura é a grande inimiga da nossa comunidade; 37,0% (1960-1963) dos óbitos ocorridos no Estado, se referiram a crianças com menos de cinco anos de idade.

A política vigorosa do governo, no campo da saúde, tinha portanto que se fundamentar em três objetivos prioritários: a) combate às doenças transmissíveis, especialmente mediante imunizações, educação sanitária e saneamento básico; b) melhoria de rendimento do aparelhamento de assistência médico-hospitalar; e c) adequação da organização administrativa.

Conferiu-se prioridade à reforma administrativa, visando, principalmente, à integração de serviços em nível local, através de unidades polivalentes para prestação direta de serviços à população, a descentralização executiva por meio da regionalização e a instituição de órgãos normativos especializados, que possam garantir a supervisão técnica responsável pela qualidade dos serviços prestados. Em 1967, foram definidas essas linhas mestras e baixados os decretos de aplicação parcial e progressiva da reforma. Foi feita a organização da Divisão Psiquiátrica do Juqueri, a reforma administrativa da Secretaria, a reorganização do Instituto Butantã, a organização das atividades da Saúde Pública na região da Grande São Paulo, a criação da Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados e as Coordenadorias de Saúde Mental, a de Assistência Hospitalar e de Saúde da Comunidade, estes últimos órgãos cobrindo todas as atividades da Secretaria, em escala de unidades técnicas especializadas.

O Conselho Estadual de Saúde substituiu o extinto Conselho Superior de Saúde, como órgão de cúpula, integrado por representantes de entidades públicas e privadas.

Foi criado o Fundo de Educação Sanitária e Imunização em Massa, contra doenças transmissíveis (FESIMA). Em 1969, seus recursos ascenderam a NCr\$ 5.044.655,72.

Foi levada a efeito, em consequência de acordo com o Governo Federal, a Campanha de Erradicação da Varíola, para vacinar, pelo menos, 90% da população do Estado. Iniciada em agosto de 1968, no Vale do Paraíba, estendeu-se por todo o Estado, totalizando no fim de 1969, 51 semanas, no